

DOSSIÊ TEMÁTICO: Formação Docente, Práticas Pedagógicas e Relações Raciais e de Gênero

APRESENTAÇÃO DO DOSSIÊ TEMÁTICO

PRESENTATION OF THE THEMATIC DOSSIER

PRESENTACIÓN DEL DOSSIER TEMÁTICO

Silvani dos Santos Valentim

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais – Brasil

O Dossiê Temático **Formação docente, práticas pedagógicas e relações raciais e de gênero**, apresenta contribuições advindas de pesquisadores das mais diversas instituições de ensino superior do país. Estas contribuições adensam e aprofundam temáticas fundamentais para a sociedade brasileira e extremamente relevantes para o campo da Educação e das Ciências Humanas e Sociais. Em tempos de incertezas, lutas e retrocessos, sobretudo no que tange às diversidades, torna-se urgente a necessidade de conscientização, conforme formulado pelo educador Paulo Freire, e compromisso com a formação dos docentes. É um privilégio poder organizar esta seção da Revista Práxis Educativa, a quem agradecemos a parceria ao publicar estes trabalhos na sua 39 edição.

Agradeço também as/os colegas pesquisadoras/es, referências no campo educacional, que trouxeram para este Dossiê contribuições rigorosamente preparadas para a veiculação e articulação de conceitos e problematizações que devem fazer parte do rol das leituras obrigatórias de nossas/os estudante, integrantes de nossos grupos de pesquisa e na formação de professores/as, seja no Brasil ou em outros países. São conceitos que nos auxiliam a colocar em perspectiva os significados e sentidos de educação, decolonialidade, africanidades, interseccionalidades, tribalismo cultural, relações raciais, transexualidades, transmasculinidades, narrativas midiáticas, sexualidades, Lei nº 10.639/2003, relações étnico-raciais, Educação das Relações Raciais, formação docente, educação emancipatória, ensino da história e cultura africana e afro-brasileira, práticas pedagógicas. O lugar de fala das autoras e

autores está demarcado ao longo destes oito artigos. É como se pudéssemos vê-los/as a discursar.

Tenho a honra de poder reunir autores do campo dos estudos da formação de professores e das relações raciais, de gênero e da diversidade sexual, com experiência no chão da sala de aula da educação básica, graduação e da pós-graduação, trazendo, ainda, as modalidades que nos desafiam de modo bastante específico por causa das vozes dissidentes que emergem da Educação de Jovens e Adultos, da Educação Profissional, da Educação Escolar Quilombola e Indígena, dos Fóruns de Educação, do Movimento social dos negros, das comunidades LGBTIQ+, das lutas de classe, dos movimentos sindicais, do movimento das mulheres feministas e negras, sejam estas cis ou trans.

É sempre relevante reforçar que as práticas pedagógicas voltadas para as identidades dos sujeitos envolvidos nos processos de ensino aprendizagem, sobretudo nas escolas públicas e comunitárias de nosso país, devem sempre observar a dimensão das relações étnico-raciais e de gênero. Deste modo caminha-se para a construção de práticas pedagógicas que se posicionam contra o preconceito e o racismo e respeitam as diversidades étnicas e raciais em um país cuja população negra (pretos e pardos), em 2020, representa quase 56% da população brasileira de aproximadamente 215 milhões de habitantes. São com estes parâmetros que temos que pensar as políticas públicas de educação.

No artigo: **Dez anos da Lei nº 10.639/2003 e a formação de professores e relações raciais em artigos (2003/2013): um tema em discussão**, as professoras Wilma de Nazaré Baía Coelho e Nicelma Josenila Costa de Brito, discutem o percurso da literatura especializada sobre a temática formação de professores e relações raciais, no período de 2003 a 2013. Ao seguir este curso as autoras confirmam a importância da formação continuada enquanto uma das ações propulsoras e precursoras da implementação da Lei nº 10.639/2003. Destaca-se, também, o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior, Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e grupos correlatos e Secretarias de Educação, propiciando uma práxis que demonstrou-se capaz de subverter a realidade e instaurar novos cenários para a educação. Esta pesquisa prima pelo *design*, metodologia e tratamento dos dados. Não perderei a oportunidade de incluir este artigo na lista de leituras obrigatórias na disciplina de Metodologia e Métodos de Pesquisa que leciono no Mestrado em Educação Tecnológica.

No veio da discussão apresentada no artigo de Wilma de N. B. Coelho e Nicelma J. C. de Brito, temos o trabalho do Paulo Henrique Matias Melgaço, José Eustáquio de Brito e Santuza Amorim da Silva, intitulado: **Educação das relações étnico-raciais: reflexões sobre uma formação continuada na perspectiva de docentes**. Trata-se de um resgate histórico do II Curso de Aperfeiçoamento em História da África e das Culturas Afro-Brasileiras, oferecido pelo programa “Ações Afirmativas”, da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, em 2009. É um relato crítico que se inscreve na história da Educação das Relações Raciais e da formação dos profissionais da escola. Naquele contexto, algumas universidades públicas passaram a ofertar cursos por meio de modalidades como “formação em rede”, caracterizada pela parceria com instâncias governamentais (União, estados e municípios), para aprimorar o conhecimento de seus/suas educadores(as), no caso em questão, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (DCN-ERER). Segundo os autores, os conhecimentos adquiridos no curso de aperfeiçoamento permitem reafirmar, com base nas constatações presentes nos relatos dos sujeitos da pesquisa, que houve a inclusão de diversas reflexões e problematizações advindas do curso no que se refere à concepção crítica da ação educativa e, portanto, dos saberes e práticas docentes.

Os Desafios epistemológicos e empíricos para o enfrentamento do racismo no contexto escolar é o que nos apresenta Eugenia Portela Siqueira Marques e Wilker Solidade da Silva. A Lei 10.639/2003 é abordada desta vez pelo viés da política pública. A pesquisa realizou-se em parceria com o Núcleo de Diversidade da Secretaria de Estado de Educação do Mato Grosso do Sul e de uma forma bastante concreta apresenta alguns dos desafios que precisam ser analisados para que ocorra a decolonização curricular e o enfrentamento do racismo no âmbito escolar. Os autores apontam para a importância da capacitação profissional e técnica dos docentes e são enfáticos ao afirmarem que a Lei 10.639/2003 orienta a ação, mas o produto final é realizado pelo profissional da educação. Somente quando a conscientização sobre o racismo e o preconceito racial ocorrer de fato, asseguram os autores, teremos a possibilidade de minimizar, e a longo prazo extinguir tais práticas, que se alimentam do preconceito e do racismo.

Com o título: **O Global e o local na construção de uma educação emancipatória para o ensino da história e cultura africana e afro-brasileira**, Kátia Evangelista Regis, Cidinalva Silva Câmara Neris e Sávio José Dias Rodrigues tomam como ponto de partida a Licenciatura Interdisciplinar em Estudos Africanos e Afro-Brasileiros (LIESAFRO) da

UFMA, onde atuam. Deste lugar os pesquisadores alcançaram a África, especialmente Moçambique. O fio condutor é o debate da relação entre escalas global e local na produção de conhecimento e formas de intervenção no mundo, na qual são constituídos espaços subalternos de poder, saber e modos de fazer, característico do atual momento de globalização. Em resposta a esse desafio esses pesquisadores se envolvem na proposta de inserção do conhecimento local nos currículos escolares e na implementação da Lei nº 10.639/2003. O objetivo é romper com a lógica do currículo único e eurocêntrico. É uma ação do presente com perspectivas de um futuro que se volta para o continente africano, especialmente Moçambique, no sul da África, onde serão realizados trabalhos de campo em setembro de 2020, e a formação de 500 professores/as da Educação Básica do Estado do Maranhão em 2021. Os diálogos, ações e parcerias apresentadas produzem um conhecimento que assenta suas raízes na decolonialidade, conforme apresentado no artigo de Eugênia Portela e Wilker Solidade.

O próximo artigo, da autoria de Silvani dos Santos Valentim e Jane Moreira, com o título: **Africanidades e tribalismo cultural: experiências de professores (as) da Cidade africana de Obuasi, Ghana**, apresenta reflexões a partir da interlocução, parceria e pesquisa realizada junto ao sistema de ensino do Distrito de Obuasi, em Ghana, assim como entrevista e análise de mensagens de seis professores/as da educação básica. Na pesquisa utilizaram-se tecnologias digitais, ambiente virtual, e aplicativo de mensagens. A primeira parte do estudo ocorreu quando professores (as) de Obuasi foram à cidade de Sabará, em Minas Gerais, Brasil, para uma troca de experiência na cidade que consideram uma cidade irmã. Os/as professores/as de Ghana, por meio do que nomeamos tribalismo cultural, trazem importantes elementos para dialogar com as africanidades brasileiras. Estes elementos incluem: 1- cosmovisão africana e autoconhecimento; 2 - valorização das culturas locais; 3- resgate das origens, sejam étnicas, tribais, raciais ou um somatório; 4 - conhecimento da história nacional e celebração das conquistas sociais.

O artigo de Delton Aparecido Felipe e Samilo Takara: **Narrativas midiáticas sobre a sexualidade: educação, diferenças e problemáticas à formação docente**, trata das narrativas midiáticas sobre a sexualidade no âmbito da educação e analisa como essas narrativas colaboram para a formação docente e ação pedagógica. Os autores enfatizam que pensar a formação de professores/as estimulados/as pelos Estudos Culturais demanda o constante questionamento das narrativas únicas, das normas e das condutas sociais hierarquizadas. Os autores concluem que a formação de professores e professoras

comprometidas com uma política cultural implica também em ser e formar intelectuais que repensem as dimensões sociais e sexuais. Por meio das narrativas midiáticas acerca das diferentes sexualidades presentes no espaço escolar é possível suscitar ações que deveriam valorizar os diferentes alunos e alunas que habitam a sala de aula. Por meio da análise de alguns personagens da série *Sex Education da Netflix* (2019), foi possível inferir que ações orientadas para discussão crítica da temática sexualidade têm o potencial de dar visibilidade às múltiplas formas de ser e estar no mundo dos seres humanos, em uma dada sociedade e momento histórico.

Erisvaldo Pereira Santos e Catarina Dallapicula com o artigo: **Travestilidades e transexualidades no Candomblé e na educação: um ensaio a partir de experiências**, transcorrem sobre a temática da identidade e das práticas sexuais de gênero por meio de narrativas da história do candomblé e também da experiência educativa com travestilidades e transexualidades. Da mesma maneira que na comunidade de culto aos Orixás, o corpo material importa para as relações que nela se estabelecem, na educação o corpo que aprende também importa para se pensar como ele aprende e o que ele ensina nas relações de alteridade. A presença de pessoas trans no Candomblé e na sala de aula tem reivindicado que as comunidades de culto e da formação docente reconheçam o corpo material dos sujeitos da experiência religiosa e da relação de ensino-aprendizagem para além dos essencialismos naturalizados como tradições. O resultado da discussão constitui-se como um aporte para o debate público e educativo com travestis, transexuais e pessoas transmasculinas. O objetivo é refletir como as tradições podem ser ressignificadas a partir de uma discussão sobre as nossas vivências, com base em narrativas da história do candomblé e também da experiência educativa com travestilidades e transexualidades.

O artigo com o título: **Movimento Escola Sem (?) Partido, práticas pedagógicas e a educação das relações étnico-raciais** de Lucimar Rosa Dias e Clarice Martins de Souza Batista discute o tensionamento gerado à partir do discurso sobre a necessidade de neutralidade política na ação pedagógica. E como tal discurso altera as práticas pedagógicas afetando o trabalho do (a) professor (a). As autoras discutem como esse Movimento conservador contribui para o retrocesso da efetivação de uma Educação das Relações Étnico-Raciais. Elas apontam que estão sob ameaça tanto a educação antirracista quanto uma proposta educacional que se organiza na perspectiva da luta de classes. Asseveram as autoras, que é necessário não apenas estudar e discutir as influências do Movimento ESP do ponto de vista das ações em âmbito legislativo, mas sobretudo investigar os impactos negativos no

espaço escolar, no movimento antirracista e na perseguição sofrida pelos/as professores/as. As pesquisadoras defendem que o Movimento Escola Sem (?) Partido impacta na diversidade étnico-racial por meio da difusão de idéias a ações que desprezam a igualdade racial e as políticas afirmativas, atacam as cotas raciais, e a diversidade do currículo e contribuem para o aumento do racismo religioso, a censura de conteúdos de livros didáticos e ainda pelo que esconde e silencia.

Ladson-Billings (1991), pesquisadora e professora negra estadunidense, reitera que estudantes em cursos de Pedagogia e licenciaturas, nas suas mais variadas formas, devem ser expostas (os) e ficarem atentas (os) aos significados da diversidade cultural e sexual. Porém, este aprendizado não deve se limitar ao intelectual. Cursos de pedagogia devem enfatizar a visão de mundo e sociedade que agentes sociais privilegiam no cotidiano de suas experiências educativas. King (1991) tenta demonstrar como [dysconsciousness] “desconscientização”-- um hábito não-crítico do pensamento que inclui percepções, crenças, e pressuposições -- ajuda a justificar inequidades sociais e exploração econômica através da aceitação da ordem social existente como um dado impossível de alterar.

Quando adentramos um novo milênio, confrontadas (os) pelas possibilidades e contradições de uma economia globalizada de uma maneira como nunca vista antes, torna-se inaceitável a idéia de que instituições de ensino não teriam outra função senão manter o *status quo*, garantir a reprodução, e defender a autoridade cultural de grupos hegemônicos e elites econômicas. É inaceitável, também, a ideia de que uma proposta ideológica e política tão conservadora e perigosa como o Movimento Escola Sem (?) Partido, por exemplo, possa adentrar nossos espaços escolares e de resistência política, intelectual e racial.

De Belo Horizonte das Minas Gerais, desejo a todas/os uma boa leitura.

REFERÊNCIAS

LADSON-BILLINGS, Glória. **Beyond multicultural illiteracy**. The Journal of Negro Education, v. 60, n. 2, p. 147-157, 1991.

KING, Joyce. **Dysconscious racism**: ideology, identity, and the miseducation of teachers. The Journal of Negro Education v. 60, n 2, p. 133-146